



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO N. 13/2017.

TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO N. 13/2017
(evento [0232649](#))

PROCESSO SEI N. [0004488-77.2016.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2017

**TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA, E A EMPRESA TF
ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO
LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E
CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE
PEÇAS (MEDIANTE RESSARCIMENTO),
DO SISTEMA ELÉTRICO DE
ELEMENTOS INSTALADOS NOS
EDIFÍCIOS SEDE DO TRE-RO, NO
FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL E NO
ALMOXARIFADO/DEPÓSITO DE URNAS
DA JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

A União, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e do CPF 475.106.849-00, e, de outro, a empresa **TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n. 23.972.729/0001-25, com sede na Qd 101, Rua das Figueiras, Lote 07, sala 402 - Águas Claras, Brasília - DF, CEP: 71.906-750, Telefone(s): (61) 3542-4940 e (61) 98145-5435, Email(s): adm@tfengenharia.com, neste ato representada pela Senhor **PAULO TANAKA NETO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG MT468600157 MT/MG e do CPF 075.512.596-78, em conformidade com o Ato de Autorização constante na DESPACHO 1320/2021-GABDG, de 06/10/2021 (evento [0745762](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo possui os seguintes objetos:

- 1. Excluir a Subcláusula única da Cláusula Segunda da contratação originária, bem como alterar a redação da Subcláusula Terceira da Cláusula Vigésima Sétima do Contrato 13/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - [...]

Subcláusula Terceira – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário.

- 2. Registrar o 4º reajuste ao Contrato 13/2017, no percentual de 4,89%** (quatro inteiros e oitenta e nove centésimos por cento), correspondente a R\$ 16.269,81, decorrente de renegociação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, acordado entre contratante e contratada a aplicação da média dos três últimos índices, conforme memória de cálculo $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3)$, com efeitos financeiros sobre a contratação a partir de 02 de agosto de 2021, registro do acordo se encontra nos autos no documento constante do evento 0737009, nos termos detalhados abaixo::



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.

TABELA 1 - Prorrogação Contratual 12 meses							
TERMO ADITIVO N. 2 <u>(0701617)</u> Atualizado pelo IPCA Set/19 a Out/20 (1º REAJUSTE)			4º REAJUSTE		VALOR DO CONTRATO MENSAL APÓS PRORROGAÇÃO/ REAJUSTE		VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS PRORROGAÇÃO/REAJUSTE
Período	Tipo	Valor	% APLICADA* Set/20 a Out/21 <u>(0737009)</u>	VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO (2020/2021)			
2021/2022	Serviços	R\$ 332.716,04	4,89%*	R\$ 348.985,85	Valor Mensal (serviços)	R\$ 29.082,15	R\$ 358.985,85
	Peças	-		R\$ 10.000,00**	Valor Mensal (peças)***	R\$ 833,33	
TOTAL		R\$ 332.716,04	-	R\$ 358.985,85	TOTAL	R\$	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

						29.925, 49	
--	--	--	--	--	--	---------------	--

%% referente período apuratório atual de setembro de 2020 a agosto de 2021, sendo o percentual apurado, conforme tratativas constante no evento ([0737009](#));

** Apesar de constar no Contrato o valor referente a peças não foi contemplado no soma do valor do contrato, conforme memória de cálculo constante na cláusula quarta do Contrato n. 13/2017 ([0736588](#));

*** Valor estimado, pois a demanda depende da necessidade.

FONTE: Manifestação 23/2021/SEMAP e Informação 171/2021/SEMAP (eventos [0736588](#) e [0737170](#), respectivamente).

3. Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 13/2017 (evento [0232649](#)) por mais 12 (doze) meses a partir de 21/10/2021, com prazo final em 20/10/2022, correspondente a R\$ 358.985,85.

Subcláusula única - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total estimado deste aditivo é de **R\$ 375.255,66** (trezentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), compreendendo os seguintes valores:

4º Reajuste contratual (item 1, Cláusula Primeira deste instrumento)	R\$ 358.985,85
Prorrogação por 12 meses (item 2, Cláusula Primeira deste instrumento)	R\$ 16.269,81
TOTAL deste Termo Aditivo	R\$ 375.255,66

FONTE: Manifestação 23/2021/SEMAP e Informação 171/2021/SEMAP (eventos [0736588](#) e [0737170](#), respectivamente).

Subcláusula Primeira – As despesas com a execução do presente termo aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Elemento de despesa 339092, conforme Nota de Empenho 2021NE000152, de 14/09/2021 (evento [0742355](#)), a ser reforçada, caso necessário.

Subcláusula Segunda - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o reajuste indicado neste instrumento.

Subcláusula Terceira - O valor total estimado atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 348.985,85.

DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste termo aditivo, renovação da **GARANTIA**, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, no valor de **R\$ 18.762,78** (dezoito mil setecentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste aditivo, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

Subcláusula única – A apresentação da Garantia deverá seguir as exigências da Cláusula Sexta do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 60 da Lei n. 8/666/93 e nas Súmulas 346 e 473 do STF (alterações/correções/retificações de informações); com fundamento no art. 40, XI, no art. 55, III, e no art. 5º, §1º, todos da Lei n. 8.666/93, c/c Subcláusula Terceira da Cláusula Vigésima Sétima do Contrato (reajuste); e com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Segunda do Contrato originário (prorrogação).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 13 de outubro de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	PAULO TANAKA NETO Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: 812.434.482-53 Testemunha

ANEXO I DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 13/2017

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato 13/2017, assinado em 20/10/2017 – Volume IX do PA (evento 0232649). Vigência por 12 meses, a contar da data de assinatura. Valor: R\$ 304.000,00 (Garantia: R\$ 15.200,00)	R\$ 304.000,00	-
Termo Aditivo 01, assinado em 16/10/2018 – Volume XII do PA (evento 0346595). Prorrogação por mais 12 meses, a partir de 21/10/2018, com prazo final em 20/10/2019. Valor: R\$ 304.000,00 (Garantia: R\$ 15.200,00)	R\$ 304.000,00	-
Apostila 01, assinada em 13/02/2019 – Volume XIV do PA (evento 0391491). Reajuste de 4,1927%, a contar de 02/08/2018. Valor: R\$ 12.745,80 (Garantia: R\$ 637,29)	R\$ 12.745,80	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Termo Aditivo n. 02, assinado em 25/09/2019 – Volume XV do PA (evento 0458825).</p> <p>Prorrogação por mais 24 meses, a partir de 21/10/2019, com prazo final em 20/10/2021.</p> <p>Valor: R\$ 633.491,60</p> <p>(Garantia: R\$ 31.674,58)</p>	R\$ 633.491,60	-
<p>Apostila 02, assinada em 10/06/2021 – Volume XVII do PA (evento 0701617).</p> <p>- 2º Reajuste de 2,54%, a contar de 02/08/2019 (R\$ 8.045,34);</p> <p>- 3º Reajuste de 2,44%, a contar de 02/08/2020 (R\$ 7.924,90); e</p> <p>- Reconhecer essa dívida.</p> <p>Valor: R\$ 15.970,24</p> <p>(Garantia: R\$ 798,51)</p>	R\$ 15.970,24	-
<p>Termo Aditivo 03, assinado em __/10/2021 – Volume XIX do PA (evento 0750304).</p> <p>- exclusão de cláusulas e alteração de redação de cláusulas;</p> <p>- 4º Reajuste de 4,89%, a contar de 02/08/2021 (R\$ 16.269,81); e</p> <p>- Prorrogação por mais 12 meses, a partir de 21/10/2021, com prazo final em 20/10/2022</p>	R\$ 375.255,66	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(R\$ 358.985,85);		
Valor total do aditivo: R\$ 375.255,66		
(Garantia: R\$ 18.762,78)		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS, REDUÇÕES E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário.	R\$ 348.985,85
---	-----------------------



Documento assinado eletronicamente por **PAULO TANAKA NETO, Usuário Externo**, em 14/10/2021, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/10/2021, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 14/10/2021, às 13:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 14/10/2021, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750304** e o código CRC **DEA72497**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0004488-77.2016.6.22.8000

0750304v2

PROCESSO: 0004488-77.2016.6.22.8000

INTERESSADO: SEMAP

ASSUNTO: Reajuste em sentido estrito - Prorrogação contratual - Alteração da cláusula contratual - Contrato nº 13/2017. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 155 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 23.972.729/0001-25, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão instalados nos prédios do Edifício-sede, Anexo I e Anexo II do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/10/2017, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 13/2017/TRE/RO (0232649)**. Devido à dilação de sua vigência para **20/10/2021**, o ajuste está atualmente em execução, conforme comprovado pelo Termo Aditivo nº 02 ([0458825](#)).

02. Pela Manifestação nº 23/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0736588](#)), complementada pela Informação nº 171/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737170](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), unidade gestora da contratação, leva ao Secretário da SAOFC a necessidade da prorrogação do Contrato nº 13/2017, do reajuste com aplicação da variação do índice IPCA apurado no período de setembro 2020 a agosto 2021, e de reforço na Nota de Empenho 2021NE000152, no montante de **R\$ 68.529,54 (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**, para suportar a execução do contrato até dezembro/2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. Considerando o alto percentual do índice para o período de setembro 2020 a agosto 2021 apresentado pelo IBGE, correspondente a **9,68%**, a unidade gestora SEMAP em renegociação com a empresa contratada ([0737009](#)), acordaram por aplicar a média dos três últimos índices de reajuste - $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3)$ – resultando na aplicação do percentual de 4,89%. Dessa forma o valor do contrato passaria de R\$ 332.716,04 para R\$ 348.985,77 e o valor mensal de R\$ 27.726,33 para R\$ 29.082,15.

04. Em seguida, mediante o Despacho nº 1582/2021 - PRES/SAOFC/GABSAOFC ([0737279](#)), o titular da Secretária de Administração, Orçamento, finanças e Contabilidade (SAOFC) determinou a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (COFC) a realização de mais uma complementação de reforço na mencionada NE, no valor de R\$ 5.423,30, solicitada pela unidade SEMAP na Informação 171 ([0737170](#)), a elaboração de minuta de termo aditivo pela Seção de Contratos (SECONT) e a apreciação deste documento pela Assessoria Jurídica da Diretoria Geral (AJDG).

05. Recebido os autos pela COFC, foi realizado o reforço da Nota de Empenho 2021NE000152, nos termos determinados pelo secretário da SAOFC (eventos [0737342](#), [0738621](#), [0738666](#) e [0742355](#)).

06. Por seu turno, a SECONT elaborou a minuta do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 13/2017 ([0741432](#)) para registro da modificação contratual pretendida.

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica ([0741434](#)). **É o breve e necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

08. É cediço que a exigência contida no art. 40, XI, da Lei de Licitações, no que diz respeito ao critério de reajuste de preço, foi inserida pelo legislador em época cuja inflação, no Brasil, além de atingir índices elevados, era verificada diariamente. Assim, a intenção da lei era não prejudicar o particular, que apresentava a proposta em certa data e ao iniciar a execução do objeto contratado já possuía custos mais altos que aqueles apresentados na oferta vencedora.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Com o advento da Lei nº 8.880/94, que dispõe sobre a estabilização monetária e faz parte do conjunto de normas reguladoras do Plano Real, os reajustes de preços passaram a ser anuais, ficando vedada qualquer revisão ou reajustamento em prazo inferior a doze meses, salvo autorização legal expressa e específica (arts. 11 e 12, c/c 14 e 15). Dita restrição foi repetida na lei instituidora do Plano Real, Lei nº 9.069/95, e na Lei nº 10.192/01, que complementou as estipulações daquela.

10. O reajuste de preços, apesar de ser apenas a alteração nominal de valores, destinada a compensar os efeitos da inflação, também deriva do princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo, da mesma forma que a recomposição.

11. Nesse sentido, necessário se faz mencionar o ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, que assim trata da questão:

Parece claro a todas as luzes que nestes casos a intenção traduzida no ajuste é a de buscar equivalência real entre as prestações e o preço. Em suma: o acordo de vontades, no que atina à equação econômico-financeira, em interpretação razoável, só pode ser entendido como o de garantir o equilíbrio correspondente ao momento do acordo, de sorte a assegurar sua persistência, prevenindo-se destarte o risco de que contingências econômicas alheias à ação dos contratantes escamoteiem o significado real das prestações recíprocas. (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2006, p. 627.)

12. Os contratos administrativos reportam-se a índices oficiais que deverão reproduzir a real modificação deles. **Se tal índice não reflete a realidade econômica, o equilíbrio pactuado estaria prejudicado e, conseqüentemente, também, o fim pretendido por tal tipo de cláusula.**

13. Logo, mesmo já havendo previsão contratual de índices de reajuste, **se a situação econômica sofrer variações e essa realidade não se refletir no preço, de maneira a garantir a sua equivalência com as prestações**, as partes contratantes terão direito de revisão do contrato por força da teoria da imprevisão. Cabendo, inclusive a **modificação do índice de reajuste**, caso, **fundamentadamente, seja demonstrada a sua incompatibilidade com as variações reais da economia**. Isso porque não se justifica a manutenção da cláusula de reajuste se esta não está alcançando o seu objetivo (preservar o equilíbrio econômico-financeiro).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. É o que se depreende da exposição do doutrinador, já citado, *in verbis*:

Exatamente pelas razões aduzidas, se e quando os índices oficiais a que se reporta o contrato deixam de retratar a realidade buscada pelas partes quando fizeram remissão a eles, deve-se procurar o que foi efetivamente pretendido, e não simplesmente o meio que deveria levar – e não levou – ao almejado pelos contraentes. Não padece dúvida de que os índices são um meio e não um fim. A eleição de meio revelado inexato não pode ser causa elisiva do fim, mas apenas de superação do meio inadequado. Para que as partes cumpram devidamente o ajuste em toda sua lisura, boa-fé e lealdade, como de direito, cumpre que atendam ao efetivamente pretendido, respeitando a real intenção das vontades que se compuseram. (MELLO, 2006, p. 628 e 629)

15. Nesse compasso o chefe da SEMAP iniciou a renegociação do índice de reajuste inflacionário contratual com o representante da empresa contratada, haja visto que durante o período de pandemia o IPCA vem registrando uma discrepância significativa na variação acumulada nos últimos 12 meses e de certo extrapolou as previsões feitas a época da sua estipulação no edital.

16. Assim, e para corrigir o descompasso entre as variações econômicas reais e a sua repercussão no que foi pactuado pelas partes, foi acordado a aplicação de uma média dos três últimos índices para o reajustamento do período setembro de 2020 a agosto de 2021, que culminou no percentual de 4,89%, conforme memória de cálculo apresentada pela gestão - $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3) = 4,89\%$.

17. Não se trata de oferecer ao contratante ou ao contratado uma melhor alternativa de lucratividade, a equação demonstra, então, que a cláusula de reajuste não mantém o equilíbrio da equação econômico-financeira originalmente estatuída, fato esse que vem atingindo os contratos públicos, por decorrência lógica, intensificando a necessidade de renegociar os índices de reajuste inflacionário contratual, senão administrativamente, de forma judicial. Tanto é verdade a discrepância que a própria contratada **concordou** prontamente com a modificação pretendida, consoante e-mail juntado ao evento [0737009](#).

18. Pois bem, a aplicação do índice setorial de reajuste nunca poderá conduzir a resultado que amplie os benefícios do particular em termos não correspondentes à relação original entre encargos e vantagens a ele assegurada por ocasião da contratação. Ou seja, admite-se a adoção de índice setorial de reajuste, o que não significa que a Administração esteja dispensada de investigar a variação efetiva dos custos na execução dos contratos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19. Andou bem a unidade gestora da contratação que, preservando o princípio constitucional da intangibilidade da equação econômico-financeira dos contratos administrativos, apresentou nos autos comparação entre a aplicação dos índices apresentados nos últimos três períodos.

20. Conclui-se que o instrumento do reajuste não pode conduzir nem a benefícios nem a prejuízos para qualquer das partes do contrato administrativo. Até por que, se o índice de reajuste for inadequado para assegurar a manutenção da equação econômico-financeira original, caberá a qualquer das partes promover a revisão de preços.

21. Visto isso, partindo-se do princípio de que é direito das partes a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, pode-se concluir pela possibilidade de alteração do IPCA no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, nos termos proposto pela unidade gestora, uma vez que preserva os ditames legais previstos Art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 que determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste nos contratos administrativos.

2.2 – DA PRORROGAÇÃO

22. Conforme relatado na Manifestação nº 23/2021–PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0736588](#)), o chefe da SEMAP registrou a necessidade de prorrogação, por mais 12 meses, do contrato de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico de média tensão instalados nos prédios do TRE-RO, na capital. Depreende-se não haver óbices à pretensão da Administração.

23. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

24. O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo à integridade dos imóveis deste Regional. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

25. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva - **“iguais e sucessivos períodos”**. O presente contrato, vigente a partir de 20/10/2017, com prazo de duração de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado pela terceira vez à conveniência da Administração, pelo período de 12 (doze) meses.

26. No tocante à necessidade de prorrogação por períodos iguais, o doutrinador Marçal Justen Filho (2010, p. 730) indica a falta de razoabilidade em interpretar o dispositivo em questão literalmente, *in verbis*:

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for “simpático”. Mais ainda, reputar que as renovações deveriam ter necessariamente a mesma duração prevista para o período inicial do contrato equivale a privilegiar o método de interpretação literal (gramatical). Não é possível localizar uma única razão lógico-jurídica para essa solução. Mais ainda, essa solução hermenêutica pode gerar dificuldades insuperáveis, sem trazer qualquer benefício para o cumprimento por parte do Estado de suas funções. Um exemplo simples permite compreender a questão. Suponha-se um contrato, sujeitável ao art. 57, II, que seja pactuado no mês de outubro. Admitindo-se a regra da impossibilidade de contratação além da vigência do crédito orçamentário a que se subordinar, a contratação teria de fazer-se por três meses. Aplicar literalmente o art. 57, II, conduziria ao dever de a Administração produzir sucessivas renovações a cada três meses. Isso não traria benefício algum para as partes, apenas problemas. Ora, qual o impedimento lógico-jurídico a que a Administração contrate por três meses e, no início do exercício orçamentário posterior, promova a renovação por doze meses? Nenhum princípio ou dispositivo legal seria sacrificado. O único obstáculo é o teor literal do art. 57, II. Lembre-se, no entanto, que esse dispositivo teve a sua redação sucessivamente alterada e sua consolidação ocorreu antes da LRF. Portanto, o princípio da razoabilidade conduz à admissão de renovações por período superior ou inferior ao inicialmente pactuado, especialmente tendo em vista as limitações do exercício orçamentário¹ (sem grifos no original)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27. Tal posicionamento também consta na decisão do TCU, no Acórdão n. 551/2002 – Segunda Câmara:

9. Cabe asseverar, contrariando o entendimento contido na instrução, que a tese defendida por esta Corte de Contas e pela doutrina reinante sobre a matéria é que, **na renovação, não fica a entidade obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original.** Pois, mesmo que o texto da norma aluda a “iguais períodos” a leitura muito restrita da norma traria um engessamento para o administrador, o que não era o objetivo do legislador. **Se é possível prorrogar por 60 meses, não seria razoável subordinar a administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência, seguindo o prazo inicialmente avençado no contrato.** Então, nesse aspecto, não haveria qualquer irregularidade na prorrogação por mais 24 meses do contrato inicialmente avençado, com prazo de 36 meses. (sem grifo no original)

28. Nesse mesmo sentido, são os Acórdão n. 1191/2005-Plenário e Acórdão 838/2004-Plenário. Ambos reforçam o entendimento que na fixação do prazo da prorrogação da vigência devem observar a conveniência da Administração, independentemente de ser por prazo igual à vigência inicial.

29. Em arremate, vale mencionar a Orientação Normativa AGU n. 38/2011:

NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) **É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE.** (sem grifo no original)

30. Por conseguinte, é pacífico que a prorrogação do contrato pode ocorrer por períodos diversos do originariamente avençado. No entanto, e como se observa na presente análise, o período restante é de exatamente 12 (doze) meses. Do mais, a unidade gestora atesta que a prorrogação pretendida atende perfeitamente às necessidades deste Tribunal, haja vista que a prestação do serviço é desempenhada de forma regular, conforme Manifestação juntada no evento [0736588](#).

31. Registra-se que o **limite de 60 (sessenta) meses**, previsto pelo art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, **será superado**, pois se trata da última possibilidade de prorrogação do Contrato n. 13/2017, perfazendo um ínterim de 60 (sessenta) meses ao final dessa prorrogação.

32. O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosos para a Administração**. Neste aspecto, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

33. Quanto à compatibilidade do preço praticado no Contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não teve êxito na busca de um preço de referência, *in verbis*:

14. A unidade gestora procurou demonstrar viabilidade econômica em pesquisa ao mercado local, conforme e-mail [0437168](#) e formulário de resposta [0439032](#). Porém, esta medida foi fracassada.

15. Por possuir boa estimativa de preços esta contratação e sendo utilizado o IPCA como índice referencial, podemos concluir que esta é uma alternativa vantajosa para a APU.

(...)

c) Que a Administração não colaborou para que as informações fossem fracassadas;

34. Sobre o tema, vide as considerações de Gabriela Verona Pércio feitas no livro Contratos Administrativos – Manual para Gestores e Fiscais (p.108-110:

De acordo com o inc. II do art. 57, a prorrogação do contrato deve ocorrer “*com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração*”. Como se observa, **a existência de vantagem é uma condição legalmente imposta à prorrogação contratual**, cuja ausência acarretará sua invalidade. Assim, o processo de prorrogação de um contrato envolve, essencialmente, a demonstração objetiva de que a manutenção da avença é a **melhor opção** para a administração, afastando o dever de licitar. Em qualquer caso, a economicidade é elemento cogente, sendo ilegal e imoral a existência de contrato administrativo antieconômico.

A norma impõe ao gestor do contrato uma conduta proativa, em busca da negociação por vantagens que tornem mais atrativa a manutenção do ajuste. A realidade do mercado e os contratos firmados por outros órgãos e entidades para o mesmo objeto devem nortear a atuação do gestor, que ocupará posição privilegiada na negociação, já que a Administração é detentora do poder de definir se o contrato será ou não prorrogado. É indispensável pesquisar e compara preços e demais condições ofertadas pelo mercado. **Não havendo êxito na negociação, a prorrogação dependerá da demonstração da conveniência e da oportunidade na continuidade do contrato nos termos em que se encontrar.**

(...)

É certo que a **ponderação de conveniência e oportunidade realizada no momento da prorrogação levará em conta outros fatores**, como o próprio risco de licitar e contratar empresa que venha a desempenhar tão bem o objeto do contrato, o que representará prejuízo muito maior do que a manutenção de um contrato que não seja o menor preço do mercado. Por isso, não há, propriamente, o dever de deixar de prorrogar caso a Administração se depare com preços menores, ressalvado se o valor contratado se mostrar excessivo diante da média de preços obtida na pesquisa.

(...)

Por fim, a vantagem da prorrogação da vigência **não se caracteriza, apenas e tão somente, com a vantagem econômica fundamental que o contrato esteja sendo executado a contento, de forma eficiente e eficaz**. Desse modo, a correta anotação das falhas pelo fiscal do contrato, mesmo as de menor gravidade ou que gerem problemas apenas temporários, é imprescindível para qualquer conclusão. Com base em tais anotações, o gestor do contrato produzirá o relatório que conterà



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recomendações que embasarão a decisão da autoridade superior de prorrogar ou não o ajuste. (sem grifo no original)

35. Infere-se da leitura deste excerto que a Administração poderá manter um contrato mesmo se o seu valor esteja superior ao do mercado, basta para tanto demonstrar a conveniência e a oportunidade, por meio dos demais aspectos da vantajosidade (por exemplo: técnico e qualidade do serviço). Isso demonstra a relativização da vantajosidade econômica prevista como requisito legal para a prorrogação de contratos administrativos.

36. A Pesquisa de Preços 2 ([0735241](#)) realizada no caso em tela não obteve êxito, apesar dos esforços do setor responsável ([0735276](#), [0735506](#) e [0735691](#)), da mesma forma a unidade SEMAP informa que não obteve sucesso na consulta ao site: bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa, pois **não foi identificado objeto similar ao do Contrato 13/2017**. Assim, entende-se que a vantajosidade da contratação em comento deve ser analisada de forma global, como foi assinalado nos autos pela unidade gestora SEMAP, nos termos seguintes:

“Considerando que a finalidade pública será atendida com a prorrogação do contrato por período maior, uma vez que a contratada vem prestando um bom serviço, além disso tal fato irá proporcionar que esta unidade direcione seus recursos humanos para atividades complexas priorizadas pela Administração, diminuindo, sensivelmente, a sobrecarga com trabalhos corriqueiros como gestão de contratos.”

37. Nessa linha de reflexão, destaca-se o valor anual reajustado do contrato com a prorrogação (R\$ 358.985,85 - trezentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e cinco reais), a declaração da unidade gestora constando o desempenho satisfatório do serviço contratado e a peculiaridade do sistema elétrico deste Tribunal.

38. A Cláusula Segunda – Vigência do Contrato n. 13/2017 ([0232649](#)) regula o instituto jurídico ora analisado, *ipsi litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura pelas partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, à conveniência da Administração, termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

39. Nesses termos, poderá a Administração autorizar a prorrogação por mais 12 (doze) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, após analisada sua conveniência e oportunidade.

2.3 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

40. O Contrato n. 13/2017 ([0232649](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no § 1º do referido dispositivo legal, no valor de **R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, com prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

41. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

42. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (sem grifo no original)

43. Nessa linha, deverá a contrata ser **notificada** para apresentar nova garantia no valor de 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do ajuste.

III – DA MINUTA DE TERMO ADITIVO

44. Quanto à minuta do Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0741432](#)), este instrumento encontra-se, sob o aspecto formal,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

45. Contudo, a minuta em apreço **deverá alterar o texto do item 2 da Cláusula Primeira, para registrar a origem do percentual a ser aplicado e, para tanto, sugerimos o texto seguinte:**

2. **Registrar o 4º reajuste ao Contrato 13/2017, no percentual de 4,89%** (quatro inteiros e oitenta e nove centésimos por cento), correspondente a R\$ 16.269,81, decorrente de renegociação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, acordado entre contratante e contratada a aplicação da média dos três últimos índices, conforme memória de cálculo $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3)$, com efeitos financeiros sobre a contratação a partir de 02 de agosto de 2021, registro do acordo se encontra nos autos no documento constante do evento 0737009, nos termos detalhados abaixo: (...)

46. Ademais, a minuta traz corretamente na Cláusula Primeira, os ajustes necessários que caracterizam a responsabilidade da Administração para a concessão do reajuste em sentido estrito. Assim, após a correção indicada acima, a minuta do termo aditivo juntada aos autos, está apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

47. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, comprovada nos autos a demonstração da disponibilidade orçamentária (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93), esta Assessoria entende que a autoridade competente, observados os requisitos legais, poderá efetivar a prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, e conceder a contratada o reajuste contratual estabelecido de 4,89%, condicionada a demonstração da **regularidade fiscal e trabalhista da contratada**.

48. Quanto à minuta do Terceiro Termo Aditivo juntada aos autos ([0741432](#)), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** seus termos. Contudo, antes da sua assinatura **deverá ser corrigida confirme sugestão apresentada no item 45 deste opinativo**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

49. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 30/09/2021, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0744788** e o código CRC **B4697A8C**.

0004488-77.2016.6.22.8000

PROCESSO: 0004488-77.2016.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Manutenção Predial - SEMAP

ASSUNTO: Reajuste em sentido estrito - Prorrogação contratual - Alteração da cláusula contratual - Contrato nº 13/2017 - Contratada: TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA. - Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão.

DESPACHO Nº 1320 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa TF ENGENHARIA E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 23.972.729/0001-25, para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão instalados nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prédios do Edifício-sede, Anexo I e Anexo II do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 20/10/2017, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 13/2017/TRE/RO** ([0232649](#)). Devido à dilação de sua vigência para **20/10/2021**, está atualmente em execução, conforme Termo Aditivo nº 02 ([0458825](#)).

Mediante a Manifestação nº 23/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0736588](#)), complementada pela Informação nº 171/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0737170](#)), a Seção de Manutenção Predial (SEMAP), unidade gestora da contratação, noticia a necessidade da prorrogação do Contrato nº 13/2017 e do reajuste, com aplicação da variação do índice IPCA apurado no período de setembro/2020 a agosto/2021, bem como o reforço na Nota de Empenho 2021NE000152, nos valor de **R\$ 68.529,54** (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e de **R\$ 5.423,30** (cinco mil quatrocentos e vinte e três reais e trinta centavos), para suportar a execução do contrato até 31/12/2021.

Tendo em vista a constatação do elevado índice percentual apresentado pelo IBGE para o período de setembro/2020 a agosto/2021, correspondente a **9,68%**, a SEMAP em renegociação com a empresa contratada, acordaram por aplicar a média dos três últimos índices de reajuste - $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3)$ – resultando na aplicação do percentual de **4,89%**. Dessa forma, o valor do contrato passa de R\$ 332.716,04 para R\$ 348.985,77 e o valor mensal de R\$ 27.726,33 para R\$ 29.082,15 ([0737009](#)).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à COFC, para realização de complementação de reforço na mencionada NE, conforme solicitado pela unidade SEMAP na Manifestação 63 ([0736588](#)) e na Informação 171 ([0737170](#)); à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à Assessoria Jurídica desta Diretoria Geral – AJDG, para análise e emissão de parecer jurídico ([0737279](#)).

Em cumprimento ao Despacho n. 1582/2021 ([0737279](#)), a COFC, pela evento [0737342](#), informa que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício.

Na sequência, a SEOF junta a Nota de Empenho ([0738621](#)) e Anexo ([0738666](#)), onde consta o registro do reforço orçamentário no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

montante de R\$ 68.529,54 (sessenta e oito mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos), mais uma complementação de reforço na mencionada NE, no valor de R\$ 5.423,30 (eventos 0742355 e [0742408](#)).

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 13/2017 (evento [0741432](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0741434](#)).

Recebidos os autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 155/2021 ([0744788](#)), no qual, ante a comprovação nos autos da demonstração de disponibilidade orçamentária (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93), observados os requisitos legais, concluiu pela possibilidade de prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, bem como de conceder à contratada o reajuste contratual estabelecido de no percentual de 4,89%, condicionada à demonstração da **regularidade fiscal e trabalhista da contratada**. Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0741432](#)), **com ressalva acerca da necessidade de correção conforme sugestão apresentada no item 45 do Parecer**, por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como pela necessidade de renovação da garantia contratual ([0745295](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, nos termos do bem lançado Parecer nº 155/2021 da AJDG ([0744788](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste.

Entretanto, mesmo que haja previsão contratual de índices de reajuste, **se a situação econômica sofrer variações e essa realidade não se refletir no preço, de maneira a garantir a sua equivalência com as prestações**, as partes contratantes terão direito de revisão do contrato por força da teoria da imprevisão. Cabendo, inclusive, a **modificação do índice de reajuste**, caso, **fundamentadamente, seja demonstrada a sua incompatibilidade com as variações reais da economia**. Isso porque não se justifica a manutenção da cláusula de reajuste se esta não está alcançando o seu objetivo (preservar o equilíbrio econômico-financeiro).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em razão disso, verifica-se que o chefe da SEMAP iniciou a renegociação do índice de reajuste inflacionário contratual com o representante da empresa contratada, tendo em vista que, durante o período de pandemia, o IPCA vem registrando uma discrepância significativa na variação acumulada nos últimos 12 meses e, por certo, extrapolou as previsões feitas à época da sua estipulação no edital do certame.

Assim, para corrigir o descompasso entre as variações econômicas reais e a sua repercussão no que foi pactuado pelas partes, foi acordada a aplicação da média dos três últimos índices para o reajustamento do período: setembro/2020 à agosto/2021, que culminou no percentual de 4,89%, conforme memória de cálculo apresentada pela unidade gestora - $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3) = 4,89\%$.

Vale esclarecer que não se trata de oferecer à contratante ou ao contratado uma melhor alternativa de lucratividade. Logo, a equação acima demonstra que a cláusula de reajuste não mantém o equilíbrio da equação econômico-financeira originalmente estatuída, fato esse que vem atingindo os contratos públicos, por decorrência lógica, intensificando a necessidade de renegociar os índices de reajuste inflacionário contratual, senão administrativamente, de forma judicial. Tanto é verdade a discrepância que a própria contratada **concordou** prontamente com a modificação pretendida, consoante e-mail juntado no evento [0737009](#).

Dessa forma, partindo-se do princípio de que é direito das partes a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, conclui-se pela possibilidade de alteração do IPCA no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, nos termos propostos pela unidade gestora (SEMAP), uma vez que preserva os ditames legais previstos no art. 55, inc. III, da Lei nº 8.666/93, sobre a estipulação de critérios periódicos de reajuste nos contratos administrativos.

Com relação à prorrogação do contrato, observa-se que há previsão na Cláusula Segunda do Contrato n. 13/2017 ([0232649](#)), *ipsis litteris*:

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura pelas partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, à conveniência da Administração, termos do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

No caso em tela, aplica-se a hipótese do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, por se tratar de prestação de serviço de **forma contínua**, consistente na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com fornecimento de peças, do sistema elétrico de média tensão instalado nos prédios do Edifício-sede, Anexo I e Anexo II do TRE-RO, localizados em Porto Velho-RO, que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo a esta Justiça Eleitoral, senão vejamos:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses" (Negritou-se).

Quanto ao requisito "**iguais e sucessivos períodos**", asseverou a AJDG que o presente contrato, vigente desde 20/10/2017, com prazo de duração inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado por mais essa vez à conveniência da Administração, pelo período de 12 (doze) meses, com nova vigência a contar de 21/10/2021 até 20/10/2022. Verifica-se, também, que o limite de vigência, previsto no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, atingirá o limite, pois se trata da última possibilidade de prorrogação do Contrato n. 13/2017, perfazendo um íterim de 60 (sessenta) meses ao final dessa prorrogação.

Quanto ao último requisito "**preços e condições mais vantajosos para a Administração**", neste caso, deve-se analisar, além da pesquisa de mercado, se o custo do novo procedimento licitatório é superior ao da manutenção da avença, pois, a redução do preço de mercado deve ser significativa ao ponto de justificar um novo certame.

Contudo, quanto à compatibilidade do preço praticado no Contrato em exame com o de mercado, a unidade técnica não obteve êxito na busca de um preço de referência, conforme demonstra a Pesquisa de Preços 2 ([0735241](#)) realizada no caso em tela, apesar dos esforços do setor responsável ([0735276](#), [0735506](#) e [0735691](#)).

Da mesma forma, a SEMAP informa que não obteve sucesso na consulta ao site: bancodeprecos.com.br/PrecosPublicos/Pesquisa, pois **não foi identificado objeto similar ao do Contrato 13/2017** (Manifestação nº 23/2021 – evento [0736588](#)). Em decorrência disso, entende-se que a vantajosidade da contratação em comento deve ser analisada de forma global, como foi assinalado nos autos pela unidade gestora SEMAP, nos seguintes termos:

"Considerando que a finalidade pública será atendida com a prorrogação do contrato por período maior, uma vez que a contratada vem prestando um bom serviço, além disso tal fato irá proporcionar que esta unidade direcione seus



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recursos humanos para atividades complexas priorizadas pela Administração, diminuindo, sensivelmente, a sobrecarga com trabalhos corriqueiros como gestão de contratos.”

Na análise do atendimento deste requisito, destaca-se o valor anual reajustado do contrato com a prorrogação (R\$ 358.985,85 - trezentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e cinco reais) e a declaração da unidade gestora constando o desempenho satisfatório do serviço prestado pela contratada e a peculiaridade do sistema elétrico deste Tribunal.

Por todo exposto, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/20218:

a) autorizo o reajuste do Contrato Administrativo nº 13/2017 ([0232649](#)), no percentual de **4,89%** (quatro inteiros e oitenta e nove centésimos por cento), decorrente de renegociação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aferida no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, acordado entre contratante e contratada a aplicação da média dos três últimos índices, conforme memória de cálculo $((2,54\% + 2,44\% + 9,68\%) / 3)$, com efeitos financeiros sobre a contratação a partir de 02 de agosto de 2021, registro do acordo constante do evento [0737009](#);

b) autoriza a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 13/2017, por mais 12 meses a partir de 21/10/2021 com prazo final em 20/10/2022, mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto sua regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda [Cláusula Segunda do Contrato Originário](#);

c) Determina a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura do Termo Aditivo; e

d) Determina a complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura do termo**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aditivo, no valor de **R\$ 18.762,78** (dezoito mil setecentos e sessenta e dois reais e setenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário;

e) Determina a atualização dos valores do Contrato nº 13/2017 ([0232649](#)), fixando seu novo valor em R\$ 375.255,66 (trezentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#) e da prorrogação, por mais 12 meses **a partir de 21/10/2021 com prazo final em 20/10/2022**, com fundamento no [inc. II do art. 57 da Lei n. 8.666/93](#) e ainda Cláusula Segunda do Contrato Originário; e

f) Determina a correção da minuta de Termo Aditivo (evento [0741432](#)), a fim de que sejam **realizadas as adequações sugeridas** no item 45 do Parecer jurídico nº 155/2021 - PRES/DG/AJDG ([0744788](#)).

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 06/10/2021, às 11:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0745762** e o código CRC **884545DD**.